

STJ00096658

*Coordenador*

SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO

# SEGURANÇA JURÍDICA

**Irretroatividade das Decisões Judiciais  
Prejudiciais aos Contribuintes**

Livro em louvor à Professora  
Misabel de Abreu Machado Derzi



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rodrigo Lippi

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S459

Segurança jurídica : irretroatividade das decisões judiciais prejudiciais aos contribuintes / Alberto Xavier ... [et al.] ; coordenador Sacha Calmon Navarro Coêlho. – Rio de Janeiro : Forense, 2013.

ISBN 978-85-309-4420-9

1. Direito tributário - Brasil. I. Xavier, Alberto, 1942-. II. Coêlho, Sacha Calmon Navarro, 1940-.

12-5258.

CDU: 34:351.713(81)

9780693

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

## PARTE I DIREITO TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Norma e lei – Mudança jurisprudencial – Segurança jurídica e irretroatividade da norma judicial – *Sacha Calmon Navarro Coêlho* ..... 3
2. O sobreprincípio da segurança jurídica e a revogação de normas tributárias – *Paulo de Barros Carvalho*..... 35
3. Súmulas, praticidade e justiça: Um olhar crítico sobre o direito sumular e a individualização do direito à luz do pensamento de Misabel de Abreu Machado Derzi – *Thomas da Rosa de Bustamante*..... 65
4. Reflexões sobre a modulação dos efeitos das decisões judiciais a partir da jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal – *Luís Eduardo Schoueri e Aline Nunes dos Santos*..... 107
5. Modulação dos efeitos das decisões modificativas da jurisprudência constitucional tributária: Contribuições advindas dos julgamentos referentes à desoneração da cadeia produtiva no Imposto sobre Produtos Industrializados e as reviravoltas do entendimento do Supremo Tribunal Federal – *Jamir Calili Ribeiro e Paula de Abreu Machado Derzi Botelho* ..... 127
6. Coisa julgada nas relações tributárias sucessivas e a mudança do Estado de Direito decorrente do precedente do STF: Limites jurídicos para aplicação no âmbito do CARF – *Mary Elbe Gomes Queiroz e Antonio Carlos F. de Souza Junior* ..... 147
7. Função social da propriedade, tributação e praticabilidade – *Regina Helena Costa* ..... 175

8. Modulação de efeitos da decisão de inconstitucionalidade e consequencialismo: Instrumentos de desconstitucionalização do Direito Tributário – *Sergio André Rocha* ..... 187
9. Interpretação constitucional. Conflitos e efeitos das decisões no âmbito dos Tribunais Superiores – *Betina Treiger Gruppenmacher* ..... 207
10. A irretroatividade da Lei Tributária como garantia do contribuinte – *Hugo de Brito Machado* ..... 231
11. Os princípios constitucionais – *Américo Masset Lacombe* ..... 247
12. Imunidade do papel destinado à produção de livros, jornais e periódicos: Cabimento de limites e controles na importação – *Heleno Taveira Torres* ..... 261
13. Niklas Luhmann no Direito Tributário? Um olhar sistêmico sobre as transformações do Direito Tributário contemporâneo – *Juliana Neuenschwander Magalhães* ..... 295
14. Templos de qualquer culto – Doações em dinheiro a instituições religiosas congêneres, localizadas no exterior – Sua intributatividade por meio de *IRPJ-fonte* e de *ITCMD* – Exegese dos arts. 150, VI, b, e 150, § 4.º, da CF – Questões conexas – *Roque Antonio Carrazza*..... 323
15. Sobre enunciados metafísicos na doutrina do Direito Tributário – *José Souto Maior Borges* ..... 365
16. Sistema Tributário Nacional e princípio da legalidade – *Eduardo Maneira* ..... 381

**PARTE II**

**DIREITO TRIBUTÁRIO POSITIVO  
(CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL)**

17. Os tributos sobre o lucro e a receita e os ingressos destinados a terceiros – *Humberto Ávila* ..... 405

18. O princípio da confiança retratado no Código Tributário Nacional. A aplicação dos arts. 100 e 146 do CTN. A análise de casos concretos – *Valter de Souza Lobato* ..... 417
19. Do lançamento por homologação: Crítica à jurisprudência que afasta o processo administrativo e limita a denúncia espontânea – *Eduardo Junqueira Coelho e Juliana Junqueira Coelho* ..... 447
20. Considerações sobre a “necessidade” e o “consentimento” do imposto – *Estevão Horvath* ..... 487
21. Inconstitucionalidade da imputação do pagamento e da compensação de ofício no Direito Tributário brasileiro – *Igor Mauler Santiago* ..... 505
22. Metodologia do Direito Tributário e o modo de raciocinar por tipos e por conceitos – *André Mendes Moreira e Jamir Calili Ribeiro* ..... 517
23. A guerra fiscal do ICMS – *Eduardo de Moraes Sabbag* ..... 539
24. Contrato de afretamento por tempo e o campo de incidência do ICMS – *Gustavo Brigagão* ..... 565
25. Aspectos essenciais do princípio da moralidade administrativa e sua aplicação no Direito Administrativo Tributário – *Onofre Alves Batista Júnior* ..... 589
26. Insinceridades normativas: o caso da compensação financeira de Poços de Caldas/MG – *Fernando Facury Scaff e Alexandre Coutinho da Silveira* ..... 631
27. Decadência e prescrição e decretação da ineficácia da consulta – *Ives Gandra da Silva Martins* ..... 651
28. Tratamento tributário do ágio na subscrição ou aquisição de títulos de governo estrangeiro em face dos tratados contra a dupla tributação – *Alberto Xavier* ..... 667